

# AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013: O OLHAR MIDIÁTICO

Fernando Antonio da C. Vieira

IUPERJ

DOI: 10.25768/20.04.01.032

**RESUMO:** O presente trabalho terá como eixo central a análise da imprensa brasileira ao cobrir a assim chamada “jornadas de junho”, evento que galvanizou a sociedade brasileira em 2013. Perceber como a imprensa pautou sua análise e, que conclusões tirou é um dos objetivos deste trabalho. Outro importante ponto para o debate é compreender o papel de legitimador da ordem por parte da grande imprensa e como essa visão irá pontuar seus comentários acerca das jornadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** conflitos; mídia; Brasil; sociedade; junho de 2013.

---

## Índice

Apresentação . . . . .	1
1 Defendendo a ordem vigente: a imprensa enquanto ator sócio político . . . . .	1
2 Os confrontos de junho de 2013: apreensões da imprensa . . . . .	4
Considerações finais . . . . .	10
Referências bibliográficas . . . . .	10

## Apresentação

ENTRETANTO, para entendermos esses significados passa a ser necessário iniciar com uma análise concisa da mídia enquanto instrumento de construção de valores na sociedade. Pensar essa questão permitirá a percepção diante da forma de reprodução das notícias junto aos grandes jornais brasileiros acerca das jornadas de junho.

Considerando as limitações inerentes a um texto escrito, a análise acerca do papel da mídia, se resumirá aos principais jornais e revistas do país, isto é, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*. No entanto, algumas outras publicações poderão vir a ser analisadas ao longo deste trabalho, desde que tenham relevância para a pesquisa.

## 1 Defendendo a ordem vigente: a imprensa enquanto ator sócio político

Ao se analisar as transformações vivenciadas pela sociedade, ao longo do século XX, não se pode deixar de refletir sobre o papel da comunicação e sua forma de construir um olhar sobre o mundo.

Voltando os olhos sobre o processo de

construção da moderna imprensa, podemos perceber que com a Revolução Francesa, os jornais passaram a assumir um caráter propagandístico expressando os interesses privados, ainda que, em tese, bradasse sua independência e a legitimasse sob o véu da liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa tornava-se o canto da sereia burguês ao permitir a instrumentalização dos jornais enquanto peça de propaganda, sem enfrentar o ônus da reação do poder público. Nesse sentido, a liberdade de imprensa permitiu a mesma, uma grau de autonomia diante do Estado, tornado-a ora um parceiro, ora um adversário do mesmo.

Obtendo recursos para sua sobrevivência mediante a venda de artigos para jornais, Marx, se apresentava como defensor intransigente da liberdade de imprensa. No entanto, não deixava de perceber que a imprensa livre, deveria expressar os interesses do conjunto da sociedade e não interesses privados. Em seu texto, *Liberdade de Imprensa*, Marx aponta que

a imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição de sabedoria. É a mente do Estado que pode ser vendida em cada rancho, mais barata que gás natural. É universal, onipresente, onisciente. É o mundo ideal que flui constantemente do real e transborda dele cada vez mais rico e animado (Marx, 1999: 65)

Nesse mesmo ensaio, Marx descreve as posições da imprensa inglesa em função dos

interesses econômicos dos proprietários dos jornais. A imprensa tinha um lado, um interesse esse posicionava em função destes interesses.

Por volta das últimas décadas do século XIX, ocorreu um novo processo que reestruturou a imprensa. O desenvolvimento das modernas máquinas de prensa, conhecidas como rotativas, resultaram num aumento da tiragem do jornal, num contexto de avanço do número de leitores nos países centrais do capitalismo. Além disso, o processo de modernização das comunicações com o advento do telégrafo sem fio, do trem e do barco a vapor, permitiu maior agilidade na informação de eventos por parte dos jornais.

Essa nova realidade resultou numa transformação onde o jornal de baixo custo e tiragem, vinculado a um determinado grupo político, foi deslocado pelos grandes conglomerados de informação que passavam não só a informar, com também entreter e dar uma opinião. Os “barões da imprensa” não representavam somente um modelo de informação, mas também a constituição de interesses de classe específicos, tornando a moderna imprensa um instrumento para a defesa da ordem capitalista. Assim, para os conglomerados de informação, a notícia passava a ser permeada pelos interesses econômicos dos grupos que constituíam uma específica clientela que ajudava a manutenção dos lucros dos jornais, mediante o anúncio em suas páginas.

Nesse sentido, a liberdade de imprensa passou a ser condicionada por importantes atores econômicos que se tornavam impermeáveis a quaisquer críticas na imprensa, desde que continuassem a ser generosos anunciantes. A contrapartida é que os editoriais, isto é, a opinião do jornal passou a desqualificar e a construir uma visão que criminalizava todos os projetos da sociedade que não se traduzissem na defesa do capitalismo e dos ideais liberais.

Ao longo desse processo, os grandes jornais passaram a defender o liberalismo econômico e a questionar em suas páginas qualquer

proposta oriunda dos trabalhadores que traz uma ameaça ao modelo liberal. Os jornais buscam entreter e informar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, isolá-los das propostas socialistas apresentadas como ofensivas à religião e geradoras de violência entre os diversos grupos sociais. Em suma, os grandes empreendimentos jornalísticos assumiram a defesa da ordem, ainda que discordassem de determinadas políticas públicas ou das lideranças no poder.

O século XX marcou a consolidação dos jornais como o principal meio de informação num contexto em que novas formas de comunicação se desenvolviam. A importância das transmissões de notícias por telégrafo, por radiocomunicação e por radiodifusão operaram importantes mudanças nas redações de jornais que passaram a manter equipes prontas para redigir textos de última hora. Além disso, os jornais assumiram um formato mais diversificado para enfrentar a rápida expansão do rádio como meio de comunicação nas quatro primeiras décadas do século XX.

Diante disso, os jornais buscaram ampliar os espaços de informações sobre saúde, comércio e negócios, esportes, arte e cultura. Parcerias com as grandes agências de notícias – Reuters, Associated Press, entre outras – permitiam o recebimento de informes internacionais mantendo o leitor atualizado nos grandes temas mundiais, além do maior emprego de fotografias nas páginas mantiveram os jornais como importante instrumento de informação.

Claro que esse processo de fortalecimento dos grandes complexos de informação implicou em rearranjo nas estruturas decisórias da mídia. Em parte a estrutura familiar foi substituída por uma organização profissional com diretores-executivos, financeiros entre outros. A perda do caráter familiar desses grandes complexos informacionais resultou também em novas e sutis mudanças na abordagem da informação.

O jornalismo investigativo assumiu importante peso no interior dos jornais, não pela

sua capacidade de se apresentar como salvaguarda da moralidade pública, mas sim, pelo impacto das reportagens favorecendo o aumento das vendas nas edições. Ao mesmo tempo, a influência dos novos jornais na mídia se despersonalizou assumindo um caráter corporativo, onde o editor-chefe é substituído pela linha editorial da empresa. Com isso, os grandes monopólios vão amarrar seu corpo profissional ao projeto institucional coibindo e cortando as dissidências.

Não podemos deixar de lembrar que a mídia não é só um complexo econômico. Ela produz sentido construindo representações sobre o real. Com isso, se apresenta enquanto instrumento ligado à indústria cultural, transformando seu público em consumidor, isto é, um objeto da própria indústria (Bucci e Kehl, 2004).

Essa indústria, cuja mercadoria é a informação, ao se reproduzir entre indivíduos, anula a própria individualidade uniformizando olhares e saberes. Por vezes, a subjetividade de tal forma impera que a própria verdade torna-se uma mistificação subjetiva.

Bourdieu, em seu artigo, A opinião pública não existe, em relação às sondagens de opinião, que

sua função mais importante consiste talvez na imposição de uma ilusão de que existe uma opinião pública como reunião puramente aditivas de opiniões individuais; para impor a ideia de que existe alguma coisa que seria como a media de opiniões ou opinião media. (Bourdieu, 2002: 224).

Numa aproximação com a atuação da mídia, podemos perceber que se considerarmos a leitura de Bourdieu, a mídia busca também impor a ilusão de que o leitor constrói uma opinião a partir da leitura do jornal, quando na verdade o que existe é a apreensão por parte do leitor das opiniões construídas pela imprensa.

A mídia se torna uma construtora de consensos. O mais importante dos consensos para a mídia, passa a ser a defesa do capitalismo

que sutilmente se transfigura na naturalização da propriedade privada e na crença da meritocracia, isto é, as melhorias na vida dos indivíduos são expressão de seus esforços individuais. Qualquer tentativa de quebra desse sistema meritocrático, tais como, cotas, políticas de inclusão social, ou outros, devem ser combatidos e desqualificados pelos grandes complexos midiáticos apontando a ameaça de “injustiças” aos que se esforçam mais.

Em 30 de setembro de 2012, a Revista *Veja*, publicava reportagem sobre o drama das famílias que pagaram pela educação de seus filhos no setor privado e, não viram o fruto de seu esforço ser alcançado: a aprovação em faculdade pública.

A lei das cotas traz em si uma decisão temerária: estabelece que 120.000 das 240.000 vagas mantidas nas federais não serão mais ocupadas segundo o mérito acadêmico dos candidatos. Em sua face mais evidente, pretende beneficiar alunos que, sem isso, dificilmente chegariam às federais devido à má qualidade do ensino básico que recebem na rede pública – que, a cada ano, forma 7,1 milhões de jovens. Em sua face menos evidente, a lei toca a vida de outros milhares de estudantes e de suas famílias: alguns deles estão retratados nesta reportagem. (*VEJA*, 30/09/2012)

A reportagem adota um tom de dramalhão buscando sensibilizar o leitor ante o que era considerada uma grande injustiça: o esforço financeiro das famílias não ser compensado pela aprovação de seus filhos nas boas universidades públicas. Em última análise, a reportagem questiona uma política pública de inclusão social, a de cotas, buscando construir diante de dramas familiares, uma legitimação a um argumento central: a lei de Cotas não é justa por não premiar a capacidade individual de estudar e obter mediante mérito pessoal as

notas para o ingresso em uma boa universidade pública.

Mais do que informar, o discurso se constitui numa peça para construir um consenso em defesa da meritocracia, das desigualdades sociais e a crença de que a educação não um bem social, mas sim, uma mercadoria cujo consumo qualitativo é proporcional à posse individual de bens e riquezas.

Dentro dessa concepção, veremos como a imprensa brasileira, em especial, os grandes conglomerados midiáticos, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*, informaram e analisaram o conjunto de protestos ocorridos nas principais cidades brasileiras em 2013 e que ficaram conhecidos com as ‘jornadas de junho’.

## 2 Os confrontos de junho de 2013: apreensões da imprensa

Em junho de 2013, algumas das mais importantes cidades do país, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro, decretaram aumento na tarifa dos ônibus municipais. O aumento deveria ter sido concedido em janeiro e fora protelado a pedido do governo federal, num contexto de controle da espiral inflacionária que marcara o início de 2013.

Ato contínuo ao decreto do aumento do preço das passagens, o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP), iniciou um movimento mobilizador contra a elevação das tarifas. O MPL já se consagrara quando em Salvador, no ano de 2003, iniciara uma mobilização contra o aumento das tarifas de ônibus, num movimento que ficou conhecido como a Revolta do Buzu. Da Bahia, a luta se espalhou para Florianópolis, em 2004, para o Distrito federal em 2008, entre outros grandes enfrentamentos. Já em 2005, o MPL se constituiu um movimento nacional ao organizar no V Fórum Mundial uma plenária que buscou construir pontes de contato e troca de experiências entre os participantes de cada estado onde havia um MPL.

Desde 06 de junho, o MPL-SP organizara atos que visavam combater o aumento das pas-

sagens. Até então a mídia pouco caso fizera do movimento. No entanto, o MPL – Brasil iniciara a estruturação de atos conjuntos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 13 de junho novos atos ocorreram. No entanto, o grau de violência da polícia paulista marcaria um novo patamar no confronto. No Rio de Janeiro, onde o confronto entre os manifestantes e a PM ocorreu na Avenida Presidente Vargas, na altura da estação de trens Central do Brasil, a violência policial não destoou do que comumente ocorreria.

A repercussão das imagens nos telejornais noturnos impactou a sociedade que, pela primeira vez, se posicionou contra a violenta ação policial. Cabe ressaltar que ainda neste momento, os jornais e telejornais assinalavam o movimento como contestador ao aumento das passagens. Nada indicava que seria diferente disso e, portanto, os textos de forma sutil condenavam o MPL e os manifestantes. Em comentário que traria forte repercussão, Arnaldo Jabor articulista da TV Globo, afirmaria que os manifestantes representavam uma esquerda que nunca andara em transportes coletivos e buscara desqualificar o movimento, afirmando tratar-se de uma luta simplista, afinal, diria Jabor, numa expressão que passou a pautar a luta do MPL, tratava-se de um reajuste de 20%.

Nesse primeiro momento, a ação da mídia se traduzia num discurso legitimando o emprego da violência policial contra os manifestantes. Bourdieu, em artigo já citado, afirmaria que

todo exercício da força vem acompanhado de um discurso que visa legitimar a o emprego da força daquele que a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de força não exercer toda sua força na medida onde ela se dissimula como tal (Bourdieu, 2002: 224).

Em certo sentido, a violência policial e tentativa de se construir um discurso simulando o emprego da violência, mediante a des-

qualificação dos atores na luta, resultou em novo ato que surpreenderia não só o país, como a própria mídia brasileira. Na segunda-feira, 17 de junho, centenas de milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens. O Globo de 18 de junho anunciava em sua cobertura:

Na maior mobilização contra o aumento das passagens de ônibus, cerca de 240 mil manifestantes, conforme estimativas dos organizadores, das polícias e de institutos de pesquisa, ocuparam na segunda-feira, 17 de junho, as ruas de 11 capitais brasileiras. (*O Globo*, 18 de junho de 2013)

Entretanto, o olhar sobre o movimento começava a mudar. Em sua coluna publicada em 19 de junho de 2013, no Rio de Janeiro em *O Globo* e, em São Paulo, na *Folha de São Paulo*, intitulada “o monstro foi para a rua”, o jornalista Elio Gaspari, buscou apontar sete “coisas” que haviam acontecido nos últimos dez dias. Simples. Sete coisas, entrando no texto que supostamente avaliava o movimento de dois dias antes, sutil insinuação que buscava construir uma nova imagem e pauta para o movimento. Vamos aos sete pontos:

1 – O prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin subiram as tarifas e foram para Paris, avisando que não conversariam nem com os manifestantes. Mudaram de ideia.

2 – Geraldo Alckmin defendeu a ação da polícia na manifestação de quinta-feira passada. Mudou de ideia e pacificou sua PM.

3 – O comandante da PM disse que sua tropa de choque só atirou quando foi apedrejada. Quem estava na esquina da Rua da Consolação com Maria Antonia não viu isso.

4 – Dilma Rousseff foi vaiada num estádio onde a meia-entrada custou R\$ 28,50 (nove passagens de ônibus a R\$ 3,20.)

5 – O cartola Joseph Blatter, presidente da Fifa, mandaram de uma instituição metida em ladroeiras, achou que podia dar lição de moral aos nativos. (A Viúva gastará mais de R\$ 7 bilhões nessa prioridade. Só no Maracanã, torraram R\$ 1,2 bilhão.)

6 – A repórter Fernanda Odilla revelou que o Itamaraty achou pequena a suíte de 81m2 do hotel Beverly Hills de Durban, na África do Sul, e hospedou a doutora Dilma no Hilton. (Por determinação do Planalto, essas informações tornaram-se reservadas e, a partir de agora, só serão divulgadas em 2015.)

7 – A cabala para diluir as penas dadas aos mensaleiros que correm o risco de serem mandados para o presídio do Tremembé vai bem, obrigado. O ministro Dias Toffoli, do STF, disse que os recursos dos réus poderão demorar dois anos para ir a julgamento. (*O Globo*, 19/06/2013)

Um dia antes, em 18 de junho de 2013, nas páginas do mesmo *O Globo*, o articulista Arnaldo Jabor já havia dado o tom, buscando pautar o movimento ao afirmar

é fundamental que o Passe Livre se amplie e persiga objetivos concretos.

Tudo está parado no país, e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos. Exemplo: não basta lutar genericamente contra a corrupção. Há que se deter em fatos singulares e exemplares, como a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui a uma semana e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as punições do mensalão, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel (...) (*O Globo*, 18/06/2013).

Mas, a luta não era contra os aumentos? Quem colocou a prisão do mensalão ou a PEC 37 na pauta das manifestações? Concretamente, podemos observar que diante da força surpreendente do movimento no Rio de Janeiro e em São Paulo, além da organização de manifestações em diversas cidades, notadamente, Brasília e Belo Horizonte, a imprensa buscou construir o consenso deslocando a luta concreta do MPL pela Tarifa Zero para a pauta moralista que criava um mito, o de que a moralidade pública estaria garantida após a execução das penas dos condenados no julgamento do Mensalão.

Aliás, a Tarifa Zero em nenhum momento foi colocada em questão pela mídia brasileira. Uma proposta que busca redefinir o espaço da sociedade em relação à rua e as formas de locomoção que apresenta entre outros impactos positivos a

drástica diminuição dos custos sociais relacionados à poluição e ao trânsito quando o meio principal é o automóvel individual. A contaminação do ar ocasiona doenças respiratórias e, conseqüentemente, gastos médicos, para o cidadão e o Estado. (Peschanski, 2013: 61)

Nenhuma análise da proposta do MPL é debatida. O que fica como um mantra é a “rebeldia” de jovens que lutam contra um reajuste ínfimo, afinal, cabe mais uma vez lembrar Arnaldo Jabor, são apenas 0,20 centavos. Mas se as propostas de caráter político foram deslocadas e desqualificadas, o mesmo não se pode dizer quando se tratava de apontar o caráter apartidário e antipolítico de parte dos manifestantes.

A revista *Veja*, em seu site, comenta o ato que se encerrara algumas horas antes aponta que

um traço comum em todas as passeatas foi o repúdio à política tradicional. Ele se mostrou nas palavras de ordem gritadas diante do Congresso Nacional – que mais tarde

teve a Chapelaria e a cobertura invadidos – e na veto à presença de bandeiras e camisetas de partidos políticos no meio da multidão – algo que os repórteres do site de *VEJA* flagraram em diversas cidades e momentos de cada marcha. E os políticos se reconheceram alvos dos manifestantes. Passaram a segunda-feira perplexos, quando não acuados. A presidente Dilma produziu uma platitude ao dizer que “as manifestações pacíficas são legítimas e são próprias da democracia”(…) (<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/acompanhe-o-quinto-protesto-contr-o-reajuste-de-tarifas>). Copiado em 10/05/2014).

Traço também apontado pelo *O Globo* que informava em suas páginas:

sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado, como os comícios pelas Diretas Já (1984) e o movimento dos caras-pintadas (1992). (*O Globo*, 18/06/2013)

Nessa perspectiva, o movimento era elogiado por sua autonomia diante de organizações consideradas arcaicas e passíveis de corrupção. Essa simpatia midiática ao caráter antipartidário se manifestou ao longo de diferentes análises e reportagens dos jornais, revistas e emissoras que cobriam os eventos. Zuenir Ventura, em sua crônica de 22 de junho de 2013 publicada em *O Globo*, sem deixar de transparecer sua posição, o fato de que o

que ninguém esperava é que esses jovens tidos como os mais alienados seriam justamente aqueles capazes de “acordar o gigante adormecido” e de devolver ao país o ânimo de poder mudá-lo. E isso sem a máquina do

Estado, sem a cobertura dos sindicatos, dos partidos nem das organizações sociais. Apenas com a internet. (*O Globo*, 22/06/2013)

A Folha de São Paulo, em 23 de junho de 2013, tentou compreender o que acontecia com o movimento em São Paulo. Uma estuante de história apontava:

“a gente viu que estava dando uma guinada para a direita, que muitos ‘coxinhas’ estavam vindo para cá, mas não imaginou que isso aconteceria. Como é que se pode pensar em expulsar pessoas só por empunharem bandeiras de partidos? Preferiam viver em ditaduras?” (*Folha de São Paulo*, 23/06/2013)

No entanto, a Folha de São Paulo, na mesma edição de 23 de junho de 2013, assinalou a fragmentação do movimento em São Paulo, aludindo a existência de três atores no interior das manifestações:

1. Grupos antipartidários com uma agenda moralista que defendia o combate à corrupção e gastos maiores em bens sociais;
2. Grupos de esquerda aliados ao MPL;
3. Grupos descritos pela Folha de São Paulo como anarcossindicalistas.

O tom antipartidário foi descrito pelo jornal paulista como gerador de uma tensão nos atos.

Uma guerra de palavras tomou conta das ruas. Aos gritos de “sem partidos”, os manifestantes respondiam com “sem censura, acabou a ditadura” ou com “sem fascismo”. A maior parte do público então retrucava: “puta que o pariu, abaixa essa bandeira e levanta a do Brasil”. (*Folha de São Paulo*, 23/06/2013)

Tensão essa que passou longe das páginas de *O Globo*. Lá, a maioria dos manifestantes impunha um tom nacionalista e de defesa da recuperação moral do Brasil. Vejamos a descrição do jornal:

No Rio, os manifestantes que tomaram a Avenida Presidente Vargas, no Centro, não pareciam dispostos a deixar que militantes tirassem proveito partidário do movimento. Houve brigas para evitar que isso acontecesse em vários momentos. Logo na concentração, junto à Igreja da Candelária, cerca de dez militantes usando camisetas da CUT, carregando bandeiras e panfletos, aguardavam o início da caminhada, quando foram cercados por um grupo de 20 manifestantes, que rasgaram as bandeiras e quebraram seus mastros. (*Globo*, 21/06/2013)

Vejamos bem, “*não pareciam dispostos a deixar que militantes tirassem proveito partidário do movimento*”. Os militantes de partidos de esquerda, com uma história de luta e de ocupação dos espaços públicos em atos, que participavam das reuniões de comitês suprapartidários compostos por, entre outros, PSOL, PSTU, PCB, MPL, eram vistos pelo jornal e pelos participantes do ato, como aproveitadores do movimento!

A capacidade de construção de um consenso por parte da imprensa atingiu paradoxos inimaginados, na medida em que a construção de uma opinião acerca dos atos representou a concretização do processo de manipulação exercido pela mídia. A luta para construir um movimento que se deixasse levar pela pauta moralista midiática continuou ao longo de junho.

Merval Pereira, editor de *O Globo*, afirmava em sua coluna:

Mesmo que as reivindicações sejam várias e muitos cartazes exibam anseios mal explicados ou utopias inal-

cançáveis, há um ponto comum nessas manifestações dos últimos dias: a luta contra a corrupção. A vontade de que o dinheiro público seja gasto com transparência e que as prioridades dos governos sejam questões que afetam o dia a dia do cidadão, como saúde, educação, transportes, está revelada em cada palavra de ordem, até mesmo nas que parecem nada ter a ver com o fulcro das reivindicações, como no protesto contra a PEC 37. (*O Globo*, 19/06/1963)

A construção de uma opinião sobre as jornadas para que a sociedade incorporasse os anseios midiáticos, reforça a leitura que Ignacio Ramonet apresenta sobre os meios de comunicação: a de que seriam ferramentas ideológicas do neoliberalismo. (Ramonet, 2013: 63). Mas, considerando a afirmação de Ignacio Ramonet, qual seria o interesse efetivo da imprensa ao buscar dotar os movimentos de uma pauta construída das redações? Por um lado, se deslocava a pauta original do MPL que discutia o custo elevado dos transportes públicos e sua baixa qualidade, para um debate periférico centrado na defesa da moralidade pública. Por outro lado, o caráter anti-partido que definiu as manifestações após o 17/06, permitiria a afirmação de um fato político novo: após décadas de atuação política das forças progressistas, assistia-se o ingresso nas ruas de movimentos que não expressavam o olhar de mundo dos partidos de esquerda. Uma conquista simbólica, que podia ser utilizada como peça de propaganda contra o governo Dilma. Afinal, no pacote de críticas à corrupção, os custos elevados com a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, se tornava um dos polos de contestação.

Entretanto, o caráter conservador do movimento foi eclipsado por um novo fato: a eclosão da violência nas manifestações. Os atos de vandalismo que passaram a marcar as manifestações levaram lentamente a uma nova guinada na imprensa. Inicialmente, os textos procuravam valorizar as palavras de ordem



contrárias ao governo Dilma e a favor da imediata prisão dos condenados pelo Mensalão. Em *O Globo* de 18 de junho de 2013, o caráter pacífico da manifestação foi ressaltado,

os manifestantes, contudo, iniciaram as marchas pelo país dispostos a protestar em paz. Em alguns casos, agiram para conter os mais exaltados. Em São Paulo, ao contrário do dia 13 de junho, quando as manifestações resultaram em cem feridos e 237 detidos, a polícia não disparou balas de borracha ou bombas de gás lacrimogêneo. (*O Globo*, 18/06/2013)

Entretanto, na mesma edição, os atos de violência são atribuídos de forma genérica a vândalos, fruto de grupos isolados infiltrados na multidão. Logo, os atos de vandalismos seriam associados ao movimento Black Block. Ao desqualificarem os movimentos organizados que politizavam os atos e, ao valorizarem os setores desorganizados mais suscetíveis à pauta moralista midiática, os meios de comunicação ficaram desnorteados com a escalada da violência, chegando a acusar as lideranças do movimento, notadamente o MPL, de não conseguirem exercer sua liderança. Vejamos o relato de *O Globo* de 21 de junho de 2013:

Manifestantes radicais venceram a maioria pacifista e deram o tom dos protestos em série que tomaram as ruas do país no dia 20 de junho, reunindo 1 milhão de pessoas. Indiferentes à redução dos preços das passagens de ônibus em capitais como Rio e São Paulo, grupos sectários entraram em confronto com a Polícia Militar em pelo menos dez cidades brasileiras, ofuscando as pessoas que pretendiam se manifestar em paz. As lideranças das marchas, representadas principalmente pelo Movimento Passe Livre, foram incapazes

de conter os confrontos. (*O Globo*, 21/06/2013)

Entretanto, em um dado momento, a fúria de setores da manifestação passou a se voltar contra os próprios meios de comunicação. Apontando um novo aspecto, até então pouco percebido, o descontentamento de determinados atores políticos contra a atuação da mídia resultou em nova onda de violência que passou a atingir, não só os carros de reportagem, como também, os jornalistas. O emprego da violência contra jornalistas não se apresentou como um caso isolado. Na verdade, sinalizou a quebra de uma relação visualizada como embasada pela neutralidade. A crença da mídia como uma observadora atenta que narra os acontecimentos começa a ser revista pela sociedade. Percebendo-a como uma construtora de consensos, ou se quisermos retornar a Bourdieu, como um instrumento que com sutileza é capaz de transformar em opinião pública, a sua própria opinião.

Mesmo o recuo dos governos não reduziu as tensões. Catapultadas para o centro da arena política, as manifestações continuaram mesmo após a revogação do aumento das tarifas terem sido revogadas pela prefeitura do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de outras cidades que também haviam elevado as tarifas de ônibus. Sem as tradicionais lideranças políticas, as manifestações vivenciaram um impasse. Inexistia um claro projeto político que não fosse centrado no eixo fim da corrupção, não à PEC 37 e prisão no mensalão. A continuidade da violência provocava a erosão dos movimentos, fortalecendo o olhar crítico midiático aos movimentos.

O fim da Copa das Confederações e as tentativas do governo Dilma em negociar com a sociedade, favoreceu um recuo das manifestações e a contenção momentânea das insatisfações. Se considerarmos o olhar da mídia, a vitória dos manifestantes se efetuou com a derrota da PEC 37 e com a prisão dos mensa-

---

<sup>2</sup> Termo que designava os acusados de no governo Lula re-

ceber dinheiro para votar a favor do governo no Congresso Nacional.

leiros<sup>2</sup>. No entanto, se é verdade que as Jornadas de Junho marcaram a retomada das ruas pela sociedade, também é fato que a pauta das reivindicações se erodiu ao incorporar pontos que ao invés de aglutinar, desagregaram os participantes e abriram espaço para uma onda conservadora que varreu o país.

### Considerações finais

As Jornadas de Junho continuam a povoar os imaginários da política brasileira. Como a esfinge, continuamos a tentar desvendar seus enigmas temendo ser devorados. Quase todos, os fomos. No entanto, se deslocarmos a avaliação do movimento em si, para a percepção de como a sociedade os viu, poderemos perceber como a mídia brasileira procurou construir uma determinada leitura sobre as manifestações que fosse consonante com os valores defendidos por ela mesmo.

Slavoj Žižek em artigo publicado no livro, *Cidades Rebeldes*, ao analisar as lutas anti-capitalistas em Madri, Nova York, Istambul, apontou que o maior risco que esses movimentos enfrentavam seria o de se apaixonarem por si mesmos, por estarem nas ruas, lutando por seus ideais. (Žižek, 2013: 107)

No Brasil, mais do que se apaixonar por si mesmo, os movimentos viveram o conflito com a manipulação midiática. A radicalidade da violência dirigida contra o próprio capital levou a mídia a utilizar sua velha arma: a da desqualificação e criminalização dos atos e dos atores. Enquanto a violência era dirigida contra a esquerda, mascarava-se a violência. Em 21 de junho de 2013, O Globo escreveu na manchete sobre o ato em São Paulo:

SP: partidos hostilizados em ato pacífico

A manifestação para comemorar a redução da tarifa do transporte coletivo em São Paulo, no dia 20 de junho, embora pacífica, foi marcada por hostilização e protesto contra partidos políticos. A maior ofensiva se deu contra o PT, mas PSOL, PSTU

e PCO, bem como movimentos sociais como MST, CUT e UNE, também foram alvo de provocação ao longo de toda a passeata, que reuniu cerca de 100 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo a PM. Houve briga entre militantes partidários e manifestantes, bate-bocas e xingamentos. (*O Globo*, 21/06/2013)

O texto não deixa dúvidas da manchete ao conteúdo: conflitos e agressões contra os militantes da esquerda do início ao fim. Mas, era um ato “pacífico”, apesar das hostilidades e agressões aos participantes que ousassem assumir sua condição de militantes políticos. A manipulação da realidade produziu um efeito inverso que podemos traduzir num descolamento da sociedade diante da mídia. Na era da internet, blogues, mídias alternativas, como por exemplo, a Mídia Ninja, tornaram-se leituras mais confiáveis do que as tradicionais fontes de informação.

A ação das novas mídias foi significativa na tentativa de quebrar o olhar erigido pela tradicional corporação midiática. Embora não tenha a força das empresas de comunicação tradicionais, novo campo se abre para a efetiva democratização do acesso da sociedade à informação. Se efetivamente isso será alcançado, bom, isso demandará uma outra análise que não pode ser relegada pelos pesquisadores, sob o risco de nos apaixonarmos por nossa própria capacidade de pesquisar sem que nosso objeto final venha a ter relevância para a sociedade.

### Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit.
- Briggs, A. & Burke, P. (2004). *Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet*. RJ: Zahar.
- Bucci, E. & Kehl, M. (2004). *Videologias*. SP: Boitempo.

Marx, K. (1999). *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM.

Peschanski, J. (2013). O transporte público gratuito, uma utopia real. In *Cidades Rebeldes*. SP: Boitempo.

Ramonet, I. (2013). Meios de comunicação:

um poder a serviço de interesses privados?. In D. Moraes, I. Ramonet & P. Serrano, *Mídia, poder e contrapoder*. SP: Boitempo.

Žižek, S. (2013). *Problemas no Paraíso*. SP: Boitempo.